

Radical Radio e Outros vs. Chirilagua

Antecedentes

1. A República Federativa de Chirilagua é um Estado classificado oficialmente como de renda média/alta. Sua capital é Cedulópolis. Tornou-se um estado autônomo no início do Século XIX quando 18 ex-colônias espanholas e inglesas conseguiram sua independência e formaram uma república federativa. Desde então, Chirilagua tem tido uma democracia estável na qual, tradicionalmente, dois partidos políticos vinham se alternando no poder: o Partido Chirilaguense Popular (PCP) e o Partido pela Renovação Democrática de Chirilagua (RDC). Historicamente, os Poderes Legislativo e Executivo têm sido renovados de quatro em quatro anos mediante eleições populares. Chirilagua participou das negociações da Carta da OEA em 1948, ratificou todos os tratados interamericanos de direitos humanos, sendo também parte dos principais tratados da ONU sobre direitos humanos.

2. Em 2006, Atilio Escalante Norris assumiu a Presidência da República. O Presidente Escalante pertence a uma das famílias mais ricas do país; estima-se que sua família é proprietária de 25% da terra arável de Chirilagua – o que equivale à quase totalidade das propriedades rurais do estado de Gorgia. Em sua eleição, ele contou com o apoio de 60% da população, do PCP e de vários empresários – entre os quais os da Aliança Fresa que é proprietária do canal de televisão com o maior índice de audiência nacional e de mais de 50 emissoras de rádio situadas em várias cidades do país.

3. Pesquisas de opinião pública divulgadas pelos meios de comunicação de maior alcance indicaram que o governo do Presidente Escalante conta com um índice de aprovação da ordem de 80% da população. Mesmo assim, a oposição afirma que muitas de suas medidas foram polêmicas, principalmente as relativas a isenções fiscais para capitais estrangeiros, reinvestimento dos lucros resultantes da venda de cobre (principal produto de exportação do país) e algumas reformas constitucionais e iniciativas legislativas promovidas pelo Governo. A oposição afirma que essas medidas visam a perpetuar Escalante e seu partido no poder.

Os fatos do “Facebookaço” e a “Cédula da Democracia”

4. O clima de tensão política aumentou nos últimos anos em Chirilagua por terem os partidários do Presidente promovido uma reforma constitucional de modo a permitir um segundo mandato de Escalante Norris, por quatro anos adicionais. Com esse propósito o PCP propôs que durante as eleições para deputados federais de 2008 seja permitida uma consulta popular mediante a chamada “Cédula de Democracia”. A proposta era no sentido de que quem desejasse a continuação de Escalante introduzisse nas urnas uma cédula adicional cujo escrutínio seria realizado pelo Tribunal Eleitoral de Chirilagua. No entanto, o resultado não seria vinculante porque a Constituição – mesmo tendo estabelecido tal mecanismo de consulta – não o reconhece como procedimento válido de reforma constitucional.

5. Os líderes do RDC e vários setores de opinião se opuseram abertamente à aprovação da Cédula da Democracia por considerarem que após essa consulta poderiam ser iniciadas medidas de fato para validá-la, deixar de cumprir os preceitos constitucionais e permitir um segundo governo de Escalante. Dois meses antes das eleições, um grupo de estudantes organizou uma passeata nacional e internacional contra a iniciativa da “Cédula da Democracia” através de um grupo formado na rede social Facebook. O número de participantes do grupo aumentou rapidamente e sua mensagem começou a se expandir através de outras redes sociais como o Twitter e o MySpace, bem como em diversas cadeias de emissoras de rádio entre as quais a “Radical Radio” da cidade de Cedulópolis e a “Radio Su-Versión” da cidade de Cambacrópolis, capital do estado de Gorgia. As principais redes de televisão, entre as quais o canal do governo e o canal pertencente à Aliança Fresa, transmitiram muito pouca informação sobre a passeata e – quando o fizeram – referiram-se ao evento como “bandos de delinquentes que pretendem impedir a participação popular e desestabilizar as instituições democráticas cuja edificação foi tão custosa”.

6. A passeata, conhecida popularmente como “o Facebookaço” foi marcada para uma semana antes das eleições para deputados federais. A ideia dos organizadores era realizar passeatas simultâneas em diversas cidades do país e em concentrações de cidadãos de Chirilagua residentes no exterior. O objetivo da passeata era sensibilizar a população para a “defesa da democracia ameaçada por processos plebiscitários que atentam contra os direitos políticos e afetam a estrutura democrática do Estado”.

7. Vários agentes do governo federal, inclusive o próprio Presidente Escalante, destacaram que a passeata era inconveniente devido à grande proximidade das eleições e por enviar a mensagem de que Chirilagua não é um Estado democrático. Ele afirmou também que os estudantes eram na realidade rebeldes que temiam a participação democrática e que o que realmente desejavam era gerar um ambiente de agitação que impedisse a realização plena do processo eleitoral. Dias antes do Facebookaço, em uma de suas “reuniões comunitárias”, transmitidas pelo canal do governo, o Presidente deu ordens à Guarda Federal para que “em defesa da democracia, impeça qualquer manifestação de violência ou perturbação social que coloque em risco a realização pacífica da disputa democrática”.

8. No dia 3 de março de 2008, o Facebookaço foi realizado em diversas cidades do país. Em várias passeatas houve confrontos entre participantes e partidários do governo, assim como entre manifestantes e membros da Guarda Federal. A situação mais dramática ocorreu no povoado de San Pedro de Los Aguados, uma pequena cidade situada a 50 quilômetros de Cambacrópolis, resultando em seis mortos e 15 feridos.

9. Durante toda a semana foi evidente o clima de tensão e polarização política. Os principais canais de televisão apresentaram os fatos como resultado da incitação ao ódio de classes e instigação à violência promovida pelos pequenos meios de comunicação dos lugares onde haviam ocorrido os incidentes violentos mais graves. A mensagem enviada pelos meios de comunicação mais importantes (afiliados à Aliança Fresa e a mídia governamental) foi de que o país corria o risco de ser tomado por vândalos terroristas e de que toda a população deveria ir às urnas para assegurar a continuidade do governo democrático. Por sua vez, outras emissoras de rádio – entre as quais Radio Su-Versión e Radical Radio – denunciaram os acontecimentos como um ataque ao povo e à democracia,

proveniente de um “governo totalitário que não permitia a expressão pacífica e que cerceava a opinião e mobilização pública”.

10. Em 10 de março de 2008, foram realizadas as eleições parlamentares nas quais foi permitida a inclusão da Cédula da Democracia. A coalizão do governo obteve ampla vitória mas as eleições foram afetadas por uma abstenção de 70%. Voltaram a ocorrer distúrbios em várias zonas do país. Novamente, o saldo mais violento foi registrado em San Pedro de los Aguados onde três pessoas morreram devido a confrontos entre grupos de opositores e partidários do governo.

Participação da Radio Su-Versión e da Radical Radio nos fatos

Radical Radio (antiga Radio Cadena Básica)

11. A Radio Cadena Básica iniciou suas transmissões em frequência modulada em abril de 1965. A emissora foi fundada em Cedulópolis por Byron Dayle e María Luisa Peroni, dois empresários locais considerados pioneiros da radiodifusão em Chirilagua. Na realidade, a Sra. Peroni foi uma das primeiras mulheres da região a ser diretora de um meio de comunicação. María Luisa Peroni faleceu em 2000 devido a uma enfermidade e sua filha, Melanie Pereira Peroni a sucedeu como acionista e no cargo de diretora da emissora. Desde que assumiu as funções de diretora, Melanie Pereira procurou fazer da Radical Radio uma emissora que promove opiniões e que se posiciona na vanguarda de novas formas de comunicação. Em sua página na Internet, os temas abordados nos programas da emissora são geralmente vinculados a fóruns, blogs, pesquisas de opinião e outras formas de interação com os ouvintes.

12. Em junho de 2001, Melanie Pereira requereu à Comissão Federal de Regulamentação de Telecomunicações (COFERETEL) a mudança do nome da emissora para *Radical Radio* e seu reconhecimento como nova titular devido ao falecimento de sua mãe, a quem essa concessão havia sido outorgada nos termos dos dispositivos vigentes (artigo 92 da Lei Orgânica de Telecomunicações¹ ou Lei 56 de 1976).

13. A COFERETEL enviou uma comunicação oficial favorável à mudança de denominação mas advertiu que os registros continham uma inconsistência quanto aos nomes dos titulares da concessão e da representante legal da emissora. Em agosto de 2001, Melanie Pereira enviou uma comunicação à COFERETEL solicitando esclarecimentos sobre as supostas inconsistências e pedindo que lhe indicasse o procedimento necessário para resolvê-las e atualizá-las. A carta não foi respondida pela COFERETEL. No entanto, nos anos seguintes a Sra. Pereira recebeu outras comunicações da COFERETEL dirigidas à sua pessoa, pagou

¹ O artigo em questão dispõe: “A concessão do uso do espectro eletromagnético é um ato administrativo unilateral mediante o qual o Estado outorga ou renova, por tempo limitado, a uma pessoa jurídica, a concessão para uso e exploração de uma determinada parte do espectro eletromagnético após o cumprimento de requisitos estabelecidos na Lei. Não poderão ser cedidos ou alienados os direitos sobre o uso e exploração do espectro eletromagnético derivados de uma concessão. No entanto, o concessionário poderá solicitar à Comissão Federal de Regulamentação de Telecomunicações (COFERETEL) sua substituição como titular da concessão pela pessoa que indica para tal fim, sempre que esta satisfaça as condições e princípios estabelecidos na Lei.

– no exercício de suas funções de diretora – os impostos correspondentes à emissora e assumiu publicamente o cargo de porta-voz desse meio de comunicação.

14. A linha editorial da emissora é considerada como crítica ao governo. Sua unidade de jornalismo de investigação tem uma reputação muito boa por ter trazido à tona vários casos de corrupção no reinvestimento de receita originada pela exportação de cobre. Essa mesma unidade realizou um estudo da cobertura pelos canais de televisão (privados e oficiais) das eleições parlamentares de 2008, tendo verificado sério desequilíbrio na cobertura dos diferentes candidatos. Enquanto os candidatos de partidos da coalizão do governo apareciam uma média de 20 minutos em reportagens nos horários mais nobres, os candidatos de partidos da oposição tinham cobertura de, em média, 2 minutos. Desde então a rede lançou uma série de programas denominados *A Voz dos Invisíveis* aos quais foram convidados vários candidatos da oposição para exporem suas propostas.

15. A faixa de maior audiência da Radical Radio corresponde a um programa de assuntos variados que combina notícias com humor político. O programa é conduzido pelo locutor, jornalista e imitador William Garra. O personagem mais polêmico do programa (imitação feita por Garra) é “Fátilio Estafante”, uma caricaturização do Presidente da República, que no programa é constantemente ridicularizado e apontado como um “senhorzinho feudal, que não serve para nada, insensível, voraz e corrupto”. Alguns setores de opinião acusaram o programa de ser um espaço que promove o ódio entre classes e conflitos sociais pela disputa de terras. A emissora tem respondido a essas críticas com o argumento de que o personagem é fictício e que qualquer semelhança com a realidade é mera coincidência.

16. A Radical Rádio foi o primeiro veículo de comunicação de massa em Chirilagua a cobrir a iniciativa do Facebookaço. A página de Facebook da emissora uniu-se ao grupo e, ao atualizar seu *status*, fazia uma contagem regressiva diária da passeata. Em suas transmissões, dedicou vários programas de opinião a comentários e promoção da iniciativa, tendo também utilizado espaços normalmente dedicados a comerciais para promover a participação na manifestação.

17. Num desses programas, faltando poucos dias para a realização da passeata, o tema do dia concentrou-se em grupos da rede social Facebook que se referiam ao Presidente Escalante. Esses grupos eram de natureza diferente da passeata e, em geral, tinham um conteúdo agressivo e crítico em relação ao Presidente². Diversos ouvintes ligaram para a emissora para demonstrar no ar sua concordância com o conteúdo dos grupos e formularam ataques exasperados contra o Presidente e suas políticas. O programa concluiu com um convite para participar da passeata do dia 3 de março. Como sinal de protesto simbólico, o locutor convidou os manifestantes a levarem sacos de terra para lançar punhados na praça

² Entre os grupos mais radicais mencionados figuravam, entre outros, os seguintes: “Aposto que posso encontrar um milhão de pessoas que odeiam o burguês Atilio Escalante Norris”, “Os que odiamos, repudiamos e irritamos Atilio Escalante Norris”, “Morte política a Atilio Escalante Norris”, “Também quero que morra Atilio Escalante Norris e todos os latifundiários que nos exploraram”, “Os ke kerem xingar o senhorzinho Atilio Escalante Norres”, “a marcha é uma bomba teleguiada para Atilio Escalante Norris”, “Qual a porcentagem de chirilaguenses que chutaria Atilio Escalante Norris se o encontrasse?”, “Como espantar a mãe do ricao insensível Atilio Escalante Norris?”.

pública com cartazes contendo dizeres do tipo “aqui está a terra que lhe falta, agora devolva-nos os nossos direitos”.

18. Em 3 de março de 2008, a Radical Rádio dedicou sua programação do dia à cobertura do Facebookaço. William Garra reportou os eventos da passeata e denunciou que membros da Guarda Federal haviam sido enviados para impedir o Facebookaço em San Pedro, acrescentando que os latifundiários tinham contratado pessoas alheias à comunidade para realizarem supostas passeatas de apoio ao Governo. Em sua transmissão, Garra convocou os participantes a não permitirem a interrupção da passeata, acrescentando que os cidadãos têm direitos que não estavam sendo respeitados e exortou as pessoas a “defender seus direitos a todo custo contra o avanço autoritário da oligarquia latifundiária”.

19. Em 10 de março de 2008, a Radical Rádio cobriu as eleições e denunciou que dispunha de informação no sentido de que poderia ocorrer fraude eleitoral em várias cidades. Afirmou contar principalmente com informação de fontes confidenciais indicando que, em resposta aos eventos da semana anterior, o governo de Gorgia planejava cometer uma fraude monumental nas eleições “para perpetuar o presidente no poder e com ele as iniquidades históricas e os longos anos de abuso e exclusão”. A emissora convocou uma vez mais os cidadãos do país - e particularmente os do Estado de Gorgia - a que não se deixassem intimidar e protegessem seus direitos constitucionais.

Radio Su-Versión

20. A Associação de Comunidades Sem Terra de San Pedro de los Aguados (ACOSINTI) é uma organização social de comunidades dos municípios de Cambacrópolis e San Pedro de los Aguados. Seu propósito social consiste, entre outros, em conseguir que a comunidade fique informada permanentemente a respeito das políticas, serviços e programas do Estado, bem como sobre atividades que afetam seu bem-estar e desenvolvimento. Para melhor cumprir seus objetivos, a associação decidiu criar uma emissora de rádio comunitária. Assim sendo, participou na única licitação realizada pela COFERETEL desde a aprovação da Lei de Radiodifusão de 1976 cujo artigo 70 reconhece a radiodifusão comunitária e estabelece que esta terá direito a uma porcentagem proporcional das frequências radioelétricas. Essa norma é um desdobramento do Artigo 27 da Constituição pelo qual “Garante-se plenamente o direito à liberdade de pensamento e expressão nos termos do Artigo 13 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Todas as pessoas são livres para fundar meios de comunicação de massa. O Estado administrará o espectro radioelétrico levando em consideração critérios de equidade e atendendo ao princípio da igualdade de oportunidades e do pluralismo informativo”.

21. Mediante as duas licitações abertas desde então foram adjudicadas um total de 11 licenças de radiodifusão sonora comunitária em diversos municípios do país, sendo também adjudicadas ou prorrogadas 450 licenças de radiodifusão comercial. Em nenhuma das ocasiões mencionadas foi aprovada a proposta da ACOSINTI. Não se adjudicou nem houve prorrogação de nenhuma licença de operação em San Pedro.

22. Desde então a Associação esperou que a Comissão de Rádio abrisse uma nova licitação de rádios comunitárias – o que não ocorreu. Entre 1976 e 1995 a ACOSINTI

apresentou 14 petições formais às autoridades solicitando informação sobre abertura de licitações. Nenhuma delas foi respondida pela administração. Em março de 1995 a ACOSINTI apresentou um recurso de ação constitucional contra o Serviço Comunitário de Radiodifusão Sonora, alegando violação de seu direito à informação. A Primeira Corte de Circuito de Gorgia decidiu em seu favor, ordenando ao Serviço de Radiodifusão que respondesse plenamente às perguntas formuladas. O Serviço respondeu dias depois indicando que “a Comissão tem poderes discricionários para determinar o momento, lugar e sob que condições deve abrir uma licitação pública para a concessão do serviço público de radiodifusão sonora comunitária. Essa atribuição legal é plenamente legítima, conveniente e razoável por se enquadrar nas características particulares do espectro magnético e nas exigências técnicas da adjudicação de seus espaços, assim como no princípio da oportunidade que deve reger as atividades da administração”. Ante tal resposta, a ACOSINTI apresentou à Primeira Corte uma petição alegando desacato por não cumprimento de ordem judicial – denegada dias mais tarde.

23. Em junho de 1996, a ACOSINTI decidiu mediante votação em sua assembleia geral adotar “medidas políticas de satisfação de seus direitos”, que consistiam na compra de equipamento de repetição e no início de transmissões de rádio em benefício de sua comunidade. Nessa mesma data, decidiu nomear Francis Hoffman para as funções de encarregado dos projetos de comunicações. A partir de agosto de 1996, a emissora comunitária Radio Su-Versión iniciou transmissões radiofônicas de conteúdo estritamente social e comunitário. O trabalho social realizado por essa emissora começou a ser conhecido e apreciado por muitos habitantes de San Pedro, fazendo com que sua audiência começasse a se consolidar. Já no ano 2000, a Radio Su-Versión era a única emissora de rádio que operava localmente em San Pedro. Desde então começou a fazer campanhas sociais apoiadas por diversas administrações locais, abordando temas como prevenção de delitos, acesso a serviços sociais, alfabetização e educação política e organizacional. No ano seguinte, devido às boas relações com o Presidente Municipal de San Pedro, as instalações da emissora foram transferidas para um prédio do município onde a Radio Su-Versión teve acesso a alguns equipamentos de propriedade da cidade.

24. Desde 2002, a emissora tem procurado oferecer elementos de maior atualidade política e com esse objetivo estabeleceu um convênio de cooperação com a Radical Rádio. Esse é o único lugar no país em que uma estação comercial e uma emissora comunitária trabalham em conjunto. Um resultado desse acordo é que a Radio Su-Versión retransmite alguns programas da Radical Radio e, em alguns eventos especiais, ambas as emissoras transmitem em cadeia.

25. Através desses meios, a população de San Pedro de los Aguados tomou conhecimento do Facebookaço. Um grupo de trabalhadores do movimento “Sem Acesso à Terra”, membros da ACOSINTI, decidiu participar do Facebookaço em San Pedro. No dia da passeata, grupos de simpatizantes do Governo programaram concentrações e passeatas paralelas para demonstrar apoio ao Presidente. Para evitar distúrbios ou conflitos o Presidente Municipal de San Pedro de los Aguados determinou que todas as unidades policiais da cidade acompanhassem as passeatas. Vários destacamentos da Guarda Federal também foram enviados pelo governo central à cidade para proteger os manifestantes pró-

governo dos “bandos de delinquentes que pretendem desestabilizar o país e evitar a participação popular”.

26. A informação sobre as opiniões do governo e sobre as passeatas governamentais retransmitida pela Radio Su-Versión exaltou os ânimos dos participantes do Facebookaço que acharam que as passeatas de apoio ao Presidente, escoltadas pela Guarda Federa, iriam primeiro à Praça Central e impediriam sua concentração. Para evitá-lo, tentaram usar um atalho passando por uma rua não autorizada por onde também passaria a passeata favorável ao Governo. Membros da Polícia de San Pedro de los Aguados tentaram impedir que as duas passeatas se juntassem. Dezenas de manifestantes do Facebookaço avançaram com paus e pedras contra os policiais. Em meio à confusão, cinco civis morreram (três participantes do Facebookaço e dois participantes da passeata de apoio ao Governo); um policial faleceu e cinco ficaram feridos.

27. No domingo das eleições, a Radio Su-Versión entrou novamente em rede com a Radical Radio. Horas após o início da votação, um grupo de aproximadamente 25 jovens tentou se apropriar de várias urnas localizadas na praça principal de San Pedro de los Aguados com a intenção de incendiá-las. Vários moradores da área tomaram conhecimento do ocorrido e agrediram os jovens. Começou então uma briga entre ambos os grupos que resultou na morte de 3 daqueles jovens.

Medidas adotadas pelo Governo em resposta ao Facebookaço

28. Em 4 de março, no dia seguinte ao Facebookaço, o Governo Federal atribuiu a culpa pelos acontecimentos aos organizadores da passeata e aos meios de comunicação comunitários por incitações à violência e à desestabilização nacional. O Governo prometeu adotar medidas para evitar a repetição no futuro de situações semelhantes e afirmou que iria castigar os responsáveis com todo o rigor da lei.

29. Em 5 de março de 2008, a Comissão Federal de Regulamentação de Telecomunicações (COFERETEL), órgão diretamente subordinado ao Ministério do Interior iniciou uma revisão das concessões de rádio e televisão. Através de comunicado de imprensa, a Comissão informou que essa revisão era uma medida preliminar para a formulação de uma política visando a garantir a igualdade de oportunidades no acesso ao espectro eletromagnético e ao pluralismo informativo. Para isso, a COFERETEL solicitou a atualização de dados e requisitos a todas as redes de rádio e televisão que contam com concessões do Estado. Em 6 de abril de 2008, a COFERETEL determinou o cancelamento das concessões outorgadas a 40 emissoras de rádio [21 em amplitude modulada (AM) e 19 em frequência modulada (FM)] com base em que não estavam cumprindo os requisitos de funcionamento determinados pela Lei Orgânica de Telecomunicações. Nessa mesma data foi emitida ordem de cessação imediata das transmissões daquelas emissoras. Nenhuma dessas estações integrava a Aliança Fresca.

30. A Radical Radio foi uma das emissoras que teve sua concessão cancelada. A COFERETEL argumentou que o motivo do cancelamento foi o não cumprimento do disposto no Artigo 92 da Lei Orgânica de Telecomunicações. Por outro lado, a COFERETEL ordenou o fechamento imediato de todas as emissoras ilegais conhecidas no

país e o confisco de seus equipamentos. Em um comunicado de imprensa, a Comissão informou que iria iniciar as ações penais pertinentes pelo uso abusivo do espectro de rádio. De conformidade com essa decisão, no dia 19 de abril de 2008 a COFERTEL, em uma operação surpresa, confiscou os equipamentos da Radio Su-Versión.

31. Em 25 de junho de 2008, o Ministério Público indiciou 30 pessoas com base em informação fornecida pela COFERTEL. Entre os indiciados figuravam Byron Dayle, Melanie Pereira Peroni e Francis Hoffman pelo suposto delito de “furto de bens do Estado”, sob acusação de terem se apropriado e utilizado indevidamente o espectro de rádio da nação. A pena para esse delito é de 2 a 6 anos de prisão.

32. Em 30 de junho de 2008, o Ministério Público indiciou Melanie Pereira, Byron Dayle e Francis Hoffman pelos supostos delitos de “instigação para delinquir”³ e “difamação”⁴. A representante do Ministério Público justificou suas acusações com base em gravações do programa de rádio em que se discutiu a criação de aproximadamente 50 grupos na rede Facebook que promovem ódio contra o Presidente Escalante e incitam a violência contra ele; também se baseou em gravações da emissora convidando os ouvintes a participarem do Facebookaço, e gravações da cobertura dos eventos de 3 e 10 de março de 2008.

33. Em 2 de julho de 2008, o Ministério Público indiciou William Garra por ter supostamente cometido em 3 de março de 2008 os delitos de instigação para delinquir, difamação e homicídio de dois civis e um elemento policial.

As ações judiciais iniciadas pelas estações de rádio e o desenlace dos processos penais

34. Em 10 de abril de 2008, Byron Dayle, representante legal da Radical Radio, apresentou petição perante o juiz competente solicitando que fosse declarada a nulidade da decisão administrativa que decretou o cancelamento da concessão outorgada à emissora. Em 15 de agosto de 2008, a demanda judicial foi admitida pelo Tribunal Administrativo que notificou a COFERTEL. Essa entidade respondeu à demanda dentro do prazo legal e solicitou provas. Desde 15 de janeiro de 2009 o processo administrativo contencioso está em fase probatória.

35. Em 30 de abril de 2008, Byron Dayle e Melanie Pereira apresentaram uma ação constitucional ante a Segunda Corte de Circuito de Cedral alegando que o cancelamento da concessão outorgada à emissora Radical Radio vulnerava seu direito ao devido processo, à liberdade de expressão, opinião e empreendimento; assim como

³ Este delito está tipificado no Código Penal nos seguintes termos: “Quem incitar publicamente outro ou outros para que cometam um determinado delito ou gênero de delitos, ficará sujeito a prisão de três (3) meses a três (3) anos”.

⁴ O delito de difamação está tipificado no Código Penal nos seguintes termos: “Quem, ao se comunicar com várias pessoas reunidas ou separadas, tiver imputado a algum indivíduo um ato determinado capaz de expô-lo ao desprezo ou ao ódio público ou ofensivo à sua honra ou reputação, será punido com prisão de três a dezoito meses. Se o delito for cometido em documento público ou com material escrito, desenhos divulgados ou expostos ao público, ou com outros meios de publicidade, a pena será de seis meses a vinte e quatro meses de prisão”.

vulnerava o direito à informação e à participação democrática da comunidade de Chirilagua. Em suas alegações afirmaram que a ação constitucional como mecanismo transitório era justificada já que a suspensão de suas transmissões tinha suprimido o debate democrático, podendo-se comprovar que os candidatos de oposição não contavam com a possibilidade de expressar suas ideias na disputa eleitoral presidencial⁵. Em 15 de maio de 2008, a Segunda Corte de Circuito denegou a ação constitucional sob o argumento de que o cancelamento da licença foi realizado no cumprimento da lei e que a Corte não observava nenhuma violação evidente do devido processo. Os suplicantes recorreram da decisão. Em 2 de junho de 2008, o Primeiro Tribunal de Recursos de Cedulópolis confirmou a decisão nos mesmos termos proferidos pelo *a quo*. Esta é a última instância em matéria de ação constitucional em Chirilagua.

36. Em 5 de maio de 2008, Francis Hoffman, em sua função de representante legal da Radio Su-Versión, apresentou uma ação constitucional contra a COFERETEL alegando que o fechamento da emissora e o confisco de seus equipamentos vulnerava os direitos à liberdade de expressão e informação, propriedade e devido processo administrativo, por violar a confiança legítima, tanto da pessoa jurídica da ACOSINTI como de seus afiliados considerados individualmente. Em 26 de maio de 2008, o Tribunal competente emitiu sentença de primeira instância denegando o pedido de ação constitucional impetrada após considerar que a atuação da administração esteve de acordo com os procedimentos estipulados pela Lei Orgânica de Telecomunicações. Em 30 de maio de 2008, o demandante recorreu da sentença perante o Tribunal de Recursos de Gorgia que, em 15 de junho de 2008, confirmou a sentença nos mesmos termos.

37. Em 14 de julho de 2008, o Ministério Público acusou formalmente Melanie Pereira Peroni, Byron Dayle e Francis Hoffman do delito de furto de bens do Estado perante o Primeiro Tribunal Penal de Delitos Federais. Em 8 de novembro de 2008, o Primeiro Tribunal condenou Melanie Pereira Peroni e Francis Hoffman a dois anos de prisão após terem sido considerados responsáveis por delito de furto de bens do Estado. Na mesma sentença o Tribunal anulou o processo contra Byron Dayle. A sentença estabelece que a pena de privação da liberdade pode ser comutada por multa equivalente 200.000 dólares a cargo da Federação (que correspondiam a 80 salários mínimos legais mensais do ano no país). Os condenados recorreram e a sentença foi mantida em sua totalidade pelo Tribunal Penal de Recursos em 25 de novembro de 2008.

38. Em 20 de julho de 2008, o Ministério Público acusou Melanie Pereira Peroni, Byron Dayle e Francis Hoffman perante o juiz de instrução de terem cometido os delitos de instigação à delinquência e difamação em detrimento do Presidente da República. Mediante decisão de 15 de setembro de 2008, o Terceiro Tribunal Penal de Delitos Federais declarou Melanie Pereira Peroni e Francis Hoffman responsáveis pelos delitos de instigação à delinquência e difamação, absolvendo Byron Dayle de ambas as acusações. A Sra. Pereira

⁵ Nos termos da jurisprudência constitucional de Chirilagua, a ação constitucional procede como mecanismo transitório em processos dessa natureza devido a que uma ação ante o contencioso administrativo pode se prolongar por um espaço de aproximadamente cinco anos. A jurisprudência exige que nesses casos a ação constitucional seja exercida em nome do meio de comunicação através de seu representante legal.

Peroni e o Sr. Hoffman foram condenados a seis meses de prisão. Esta pena podia ser comutada mediante pagamento de multa equivalente a USD 15.000. Hoffman e Pereira recorreram da decisão que foi mantida pelo Tribunal de Recursos pertinente em primeiro de outubro de 2008.

39. Em 25 de julho de 2008, o Ministério Público acusou formalmente William Garra de cometer delitos de instigação para delinquir, difamação e homicídio. Em 23 de novembro de 2008, o Terceiro Tribunal Criminal de Delitos Federais condenou William Garra a 12 anos de prisão por sua responsabilidade nos delitos de instigação para delinquir, difamação e homicídio. Os advogados do réu recorreram da sentença dentro do prazo legal. O Tribunal Federal de Recursos confirmou a condenação mediante sentença de 1 de dezembro de 2008.

O processo perante o Sistema Interamericano

40. Em 2 de dezembro de 2008, a Federação Interamericana de Mídia para a Democracia apresentou uma petição à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), alegando suposta violação dos direitos estipulados nos artigos 7, 8, 13, 21, 24 e 25 – todos relativos à obrigação de respeito e garantia do artigo 1.1 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, em detrimento da Radical Radio e Radio Su-Versión, bem como da Sra. Melanie Pereira Peroni e dos Senhores Francis Hoffman, William Garra e da população de Chirilagua em seu conjunto.

41. Em 15 de dezembro de 2008, a Comissão procedeu à tramitação da petição e transmitiu ao Estado as comunicações pertinentes, dando-lhe dois meses para apresentar sua resposta. Em sua resposta datada de 15 de janeiro de 2008, Chirilagua afirmou que não haviam sido caracterizadas violações de direitos humanos, tendo em vista que as ações judiciais e administrativas se ativeram totalmente às normas em vigor. Em segundo lugar, o Estado alegou que pessoas jurídicas não podiam recorrer ao Sistema Interamericano e que, portanto, a petição deveria ser declarada inadmissível. Em terceiro lugar, o Estado acrescentou que estava pendente na jurisdição interna uma ação perante o contencioso administrativo. Em quarto lugar, o Estado manifestou ter sido aprovada uma nova Lei Orgânica de Comunicações pela qual, entre outros aspectos, foi regulada a concessão de licenças de maneira tripartite assegurando-se espaços equitativos para estações comerciais, comunitárias e institucionais. Acrescentou que a partir de janeiro de 2009 seria aberta uma licitação para a outorga de licenças podendo concorrer todas as pessoas interessadas.

42. A CIDH decidiu emitir um relatório em conformidade com o artigo 37.3 de seu regulamento mediante o qual declarou o caso admissível e observou violações dos artigos 8, 13 e 25 da Convenção Americana – todos relativos ao artigo 1.1 do mesmo instrumento em detrimento de Melanie Pereira Peroni, Byron Dayle, Francis Hoffman e William Garra.

43. Uma vez cumprido o prazo e os requisitos estabelecidos na Convenção Americana e no Regulamento da Comissão e levando em conta que o Estado de Chirilagua não adotou nenhuma ação com vistas a dar cumprimento às recomendações da Comissão, o caso foi submetido à jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos em 25 de dezembro

de 2009, alegando-se violações dos mesmos artigos indicados no relatório de mérito da CIDH.

44. Por sua parte, os representantes das vítimas apresentaram à Corte seu memorial de pedidos, argumentos e provas no qual, com base nos fatos relatados pela CIDH em sua demanda, reiteraram que as emissoras Radical Radio e Radio Su-Versión devem ser consideradas supostas vítimas no caso que se encontra perante a Corte.